

Como e porque devemos contabilizar a (e nos responsabilizar pela) violência - uma abordagem reflexiva

Cheryl R. Lehman, PhD
Department of Accounting, Taxation and Legal Studies
Hofstra University
Hempstead NY 11549 USA

Email: Cheryl.R.Lehman@Hofstra.edu

Resumo

O papel da contabilidade no fornecimento de dados sugere seu impacto em tornar as coisas governáveis e conhecidas e esse artigo reflete sobre o seu papel em tornar a violência invisível. Como pesquisadoras e pesquisadores críticos, as consequências das práticas contábeis em populações vulneráveis são de grande importância e os reportes sobre mulheres e violência são avaliados nessa pesquisa utilizando os relatórios globais, testemunhos e dados. Nós encontramos um discurso nos relatórios globais que minimiza e silencia a violência contra as mulheres, enquanto a *counter accounting* revela uma realidade contrastante. Como tal, a dinâmica da construção do conhecimento nos desafia a explorar a construção neoliberal dos dados. Nós sugerimos formulações alternativas adicionando à uma literatura emergente de *counter accounting* e nós rejeitamos a inevitabilidade do silêncio. Os relatos críticos provêm caminhos para pensar diferentemente e aspirar pela mudança e pela justiça social.

Palavras-chave: Gênero, Violência, Neoliberalismo, *Accountability*.

Seção 1: Introdução

Esse artigo questiona o que conecta a violência, a mulher e a contabilidade?¹ Como alguém pode contabilizar (e se responsabilizar) por essa violência e desconstruir o papel da contabilidade ao mesmo tempo que reconhece que a tomada de contas é sempre contextual e que há sempre mudanças nas formas de conhecimento? Explorar o papel da contabilidade em relação às mulheres e a violência simbólica, a violência física, a quantificação que a qualificação tem sobreposições e desarticulações inevitáveis e, portanto, esse artigo pretende ser uma peça de reflexão e exploração². A intenção é ilustrar a posição de criação de discurso da contabilidade nesse tópico com base em uma curiosidade ativista³ e enriquecer o pensamento nessa arena, não como mero preenchimento de uma caixa. Encorajada por Gendron, “Box-breaking research should not be viewed as imbued with irrationality and foolishness; instead, this intellectual journey needs to be

¹ Nós reconhecemos a fluidez subjacente à definição de mulher/feminino, homem/masculino. O uso de uso de e use of LGBTQQIP2SAA (lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros, questionadores, queer, intersexuais, pansexuais, dois-espíritos (gêneros não ocidentais, 2E), andrógenos, e assexuais) demonstra essa ideia, e a lista não é exaustiva. O termo “mulheres” é usado aqui com propósitos ilustrativos como alguém que pode ser identificado na sociedade, ou por si mesmo, como tal.

² Explorar a violência e as mulheres não a prioriza; violência contra qualquer membro em uma sociedade, é violência contra todos os membros dessa sociedade.

³ Ativista no desejo de se engajar com diferentes formas de conhecer e, então, de produzir e apoiar práticas e atividades que impeça a violência contra pessoas marginalizadas.persons.

considered a political act against the threat of relentless gap spotting and intellectual stagnation” (Gendron, 2018, p. 9).

O que torna a contabilidade violenta e poderosa é que a disciplina promove interesses já privilegiados e dominantes, fazendo-os ainda mais poderosos nas lutas contemporâneas, silenciando vozes menos privilegiadas e cada vez mais marginalizando aqueles que não estão no poder. A contabilidade contribui para a "violência simbólica" ainda que sua dominação seja dissimulada, “não reconhecida como tal quando ... confinada e institucionalizada dentro de sistemas simbólicos” (Bourdieu, 1977). Certamente, a contabilidade é poderosa e violenta em sua capacidade de tornar as coisas pensáveis, visíveis ou invisíveis, configurando “pessoas, domínios e ações como objetivas e comparáveis” (Mennicken and Miller, 2014, p. 25). Exemplos de silêncios e perspectivas contábeis impactando a vida social são bem reconhecidos na literatura em contabilidade crítica na racionalização da guerra (Chwastiak, 2013), nas deliberações sobre trabalho (Cooper and Coulson, 2014), e no estabelecimento de políticas de imigração (Agyemang, 2016), para nominar algumas.

Ao abordar contabilidade, mulheres e violência, uma característica única desse artigo é examinar os relatórios globais, similares aos “relatórios anuais” corporativos. O índice global sobre as disparidades de gênero (*The Global Gender Gap - GGGR, 2006-2018*) é composto por uma série de relatos que divulgam medidas sobre mulheres em categorias como economia, educação, política e saúde, incluindo aquelas áreas identificadas e relacionadas com a "violência". Enquanto perspectivas críticas confirmam que os métodos convencionais de relato são problemáticos, o ponto de vista adotado aqui é não o de ignorar mas sim de engajar com os relatos quantitativos. Ao fazê-lo revela suas características multidimensionais reconhecendo e reafirmando que podemos “fazer uma reivindicação a objetivos, a valores, atualmente não articulados aos regimes contábeis aos quais estamos sujeitos” (Joseph, 2014, p. 142). Ao desafiar números contábeis tradicionais e estáticos esse artigo reconhece que embora quantificações sejam justificações impessoais, há potencial para promover a emancipação humana neles. Ao refletir sobre os números e exclusões na contabilidade de mulheres e da violência nos relatos de disparidade global de gênero, nós expomos silêncios e consideramos diferentes contabilizações.

Os dois principais objetivos desse ensaio são (1) engajar com a área específica do dilema moral: mulheres e violência, ilustrando com a literatura em contabilidade crítica e (2) examinar em uma escala global como a mensuração é seletiva e distorcida relacionada com mulheres e violência, pelo uso dos relatórios globais de disparidade de gênero compilados pelo Fórum Econômico Mundial, estabelecendo relações com a tomada de contas e responsabilização e com o papel da contabilidade. Ao articular as seções que se seguem, nós ressaltamos que as demarcações são para propósitos de discussão e os conceitos se sobrepõem. Adicionalmente, como há precedentes na literatura em contabilidade crítica de pesquisas sobre o tópico de violência⁴, nós brevemente consideramos, na seção 2, somente alguns elementos dessa literatura. A seção 3 foca nas quantificações problemáticas e no reporte sobre mulheres e violência nos relatórios globais de disparidade de gênero (*Global Gender Gap Reports*) ao engajar em uma análise discursiva das formas pelas quais as mulheres são representadas nesses relatórios. Esses relatórios são influentes

⁴ Encontrar uma maneira de diferenciar as formas de violência é desafiador dado que a violência simbólica, cultural, mental, psíquica e todas as formas de violência se sobrepõem. A distinção feita aqui é entre violência simbólica e o que está sendo chamado de violência "generalizada" de uma natureza mais física. Reconhecendo essas sobreposições, nossa intenção é prover algumas delimitações de como ela tem aparecido na literatura e no relatório GGGR.

por causa da extensão de recursos que o Fórum Econômico Mundial é capaz de mobilizar tanto no desenvolvimento quanto na divulgação desses relatos. Examinando como as "élites" econômicas pensam e buscam intervir nos "temas/problemas" relacionados às mulheres constitui-se de um empreendimento significativo na busca por uma melhor compreensão de processos de marginalização. Nós, portanto, contribuimos para o estabelecimento de uma plataforma para intervenção, por exemplo, ao construir e promover contra discursos. A seção 4 conclui, com implicações e apelos para pesquisa futura.

Seção 2: Dilemas morais: violência simbólica e a violência "generalizada" na literatura contábil

“Se você não mensura a coisa certa, você não faz a coisa certa”.
“If you don’t measure the right thing you don’t do the right thing.”
(Joseph Stiglitz, 2010)

“A caneta é mais poderosa que a espada.”
The pen is mightier than the sword.”
(Edward Bulwer-Lytton, 1839, in “Richelieu”, the play)

A pesquisa sobre violência simbólica na contabilidade expõe o papel da disciplina nas assimetrias de poder. Suas políticas aparecem como um objetivo na manobra sutil "por meio da linguagem e da construção e uso do conhecimento" (Farjaudon and Morales, 2013, p. 157). A reprodução de relações de dominação parece legítima (Malsch et al 2011) ao mesmo tempo que o silenciamento de vozes alternativas parece natural (Cooper and Coulson, 2014). A violência simbólica da contabilidade é dissimulada e "não reconhecida como tal quando ... confinada e institucionalizada dentro de sistemas simbólicos (Bourdieu, 1977)⁵. Embora pareça justa e natural, a tarefa é um terreno contestado, uma vez que "prestar contas é uma complexa tarefa social, hermenêutica e moral" (Perkiss, 2014, p. v).

Denunciar como a contabilidade neutraliza a violência física e a violência simbólica é diverso na literatura⁶. Chwastiak (2013) ilustra como o financiamento da guerra e as revoltas sociais no Iraque, sugerindo que a contabilidade como informação "se torna invisível" (Chwastiak, 2013, p. 38). A participação na eugenia (Graham et al 2018) e na normalização da violência contra populações indígenas (Neu, 2000 and Neu & Graham, 2006) igualmente revela violências simbólica e física. Estudando o encarceramento, pesquisadoras descrevem as dinâmicas do poder, lucro e violência (Andrew, 2007, 2011; Lehman et al 2018; Mennicken, 2013; Scott, 2015; Taylor and Cooper, 2008). Como tal, "a contabilidade se torna uma tecnologia eminentemente adequada para gerenciar e implementar a violência contra populações racializadas devido à sua

⁵ O trabalho de Bourdieu é extensivo (e.g., Bourdieu 1977; 2001; 2008) e apresentamos aqui uma discussão muito limitada. Seus conceitos incluem doxa, campo, capital, habitus, não reconhecimento e outras contribuições significativas têm sido extensivamente pesquisadas na literatura; veja Cooper e Coulson, 2014; Malsch et al 2011..

⁶ Encontrar uma forma de diferenciar as formas de violência é desafiador dado que as violências simbólicas, culturais, mentais, físicas e todas as formas de violência se sobrepõem. A distinção feita aqui é entre a violência simbólica e o que está sendo chamado de violência generalizada de uma natureza mais física. Reconhecendo essas sobreposições, nossa intenção é proporcionar um delineamento de como ela tem aparecido na literatura..

capacidade de desumanizá-las ou invisibilizá-las enquanto pessoas" (Annisette & Prasad, 2017, p. 9).

Mulher e violência na literatura contábil

As manifestações da violência e de mulheres são menos extensas na literatura contábil. Tremblay et al (2016) considera as consequências inconscientes e discriminatórias relacionadas ao gênero na promoção de candidatos a conselhos de administração como violência simbólica. Embora pareçam apoiar o papel das mulheres nos conselhos "de uma perspectiva mais profunda, esses discursos também podem ser vistos como canais para que o poder simbólico opere discretamente, promovendo certas formas de falso reconhecimento que continuam a marginalizar certos indivíduos ou grupos de pessoas" (p. 168). Tremblay et al também revelam como a dominação ocorre diariamente, conscientemente ou inconscientemente, ao lado das estruturas que sustentam estas formas.

Isolamento e exploração são reveladas no trabalho de Killian's (2015) de mulheres jovens no que era conhecido como as Lavanderias Magdalen. A contabilidade é implicada por possibilitar que o trabalho de mulheres seja explorado invisivelmente "no qual as mulheres eram 'contabilizadas' de formas que tornavam 'prestar-lhes conta' impensável" (p. 17). Killian observa como mecanismos ideológicos impediam as mulheres de ver as suas próprias opressões nas quais "a natureza oculta do sistema Magdalen facilitou ... uma identidade católica separada, não contaminada pelas ideias de prostituição, maternidade solteira ou violência sexual" (p. 18). Haynes também nota que "a violência sexual pode ser entendida como um fenômeno social e cultural ... [e como] a contabilidade é tanto um instrumento quanto um constructo político ... que alguém pode corretamente perguntar-se então: qual é o papel da contabilidade em perpetuar a violência sexual?" (Haynes, 2017, p. 121).

Silva et al (2016) revelam a contabilidade e a confluência de raça, gênero e segregação no Brasil formando uma violência destrutiva e repressão enquanto comunidades são excluídas das "estruturas educacionais, políticas e econômicas associadas com competência, poder e autonomia social" (p. 49). Descrevendo uma professora de contabilidade afrodescendente eleita para exercer um cargo político, fundindo-se com visões de minorias e mulheres como inferiores e sexualmente ameaçadoras é "ilustrativo do enorme potencial paralisante, que é uma 'violência' à identidade delas e é efetiva em estabelecer barreiras de acesso" (2016, p. 51).

A violência nas prisões se materializa no algemar durante o parto e em esterilizações forçadas de mulheres, formas de violência que controlam o corpo das mulheres (Lehman, 2012; 2016). Descrito na literatura em contabilidade como um aparato totalizador, Puxty nota que a perda de empoderamento faz a pessoa "ou seja o corpo, mais suscetível a ser gerido e controlado" (Puxty, 1993, p. 120).⁷ Nós agora nos voltamos, na próxima seção, a examinar problemáticas de reporte, capturando diferentes visões para representar, mensurar e explorar a violência e as mulheres.

⁷ Isto revisa apenas algumas das pesquisas críticas substantivas conduzidas relacionadas ao nexo contabilidade-violência como relações de trabalho e violência, colonialismo, comércio de pessoas escravizadas, violência econômica em políticas neoliberais, violência ambiental, imigração e violência, etc.

Seção 3: Quantificando e levando em conta: uma reflexão sobre o impacto e o significado

Quantificar fenômenos sociais é problemático porque eles são "sempre investidos de sentido, potencialmente dissimulando tanto quanto" é revelado (Hansen and Muhlen-Schulte 2012, p. 1). A preocupação corrente com a análise de Big Data e sua aplicação discriminatória é ilustrado por O'Neil, em *Weapons of Math Destruction: How Big Data Increases Inequality and Threatens Democracy* (2016). Devido às fortes correlações (não causa e efeito) entre pobreza e os registros de crimes, o big data "mesmo com as melhores intenções ... [adiciona] precisão e 'ciência' ao processo ... O resultado é que nós criminalizamos a pobreza" (O'Neil, 2016, p. 91). Mensurar restringe o que é visto, apagando possibilidades não identificadas e silenciando as já marginalizadas (Spivak, 1996, 2010).

Chwastiak and Young (2003) questionam a integridade dos relatórios anuais que "dependem do silenciamento das injustiças para fazer com que o lucro pareça ser uma medida de sucesso não problemática" (p. 548). Eles sugerem que "somente quebrado o silêncio e contrapondo os valores corporativos com alternativas nós poderemos esperar libertar a humanidade das limitações da maximização do lucro" (p. 535). Essa pesquisa contribui para os trabalhos em contabilidade crítica sobre counter-accounts, visando lançar luzes naqueles aspectos tornados invisíveis pela contabilidade tradicional (Gallhofer, et al, 2006; Lehman et al., 2016; Paisey & Paisey, 2006; Sikka, 2006). Eles são respostas sociais alternativas, expressando "pontos de vistas dos oprimidos e das vozes subrepresentadas" (Apostol, 2015, p. 213).

Porque e como nós escolhemos privilegiar ideias e dados é problemático em uma sociedade dominada por uma ideologia da última linha, do resultado. Políticas globais não podem ser implementadas sem o suporte de teorias econômicas, números contábeis, e uma alegação de que os mercados puros andam de mãos dadas com a democracia. Geralmente reconhecido é que o neoliberalismo beneficiou uma minoria da população mundial, separando ainda mais ricos e pobres e aumentando o peso sobre as mulheres (Cooper; 2015; Jaggat 2002; Lehman et al 2016, 2018) e como essa representação aparece na quantificação do tema da violência e das mulheres é apresentado a seguir.

Uma tomada de contas global das mulheres: os relatórios de disparidade de gênero (*Gender Global Gap Reports*)

O Fórum Econômico Mundial (FEM ou World Economic Forum - WEF) verifica e compila dados, impacta políticas e é particularmente conhecido por seus encontros de CEOs, políticos, economistas e celebridades em Davos. Como tal, é significativo no palco mundial e tem sido alvo de críticas pelo seu elitismo e impacto negativo nas populações mais vulneráveis do mundo⁸. O FEM publica o Relatório de Disparidade de Gênero (RDG ou *Global Gender Gap Report - GGGR*) desde 2006 com a mais recente publicação em 2018. Os índices computados visam mensurar a

⁸ O Instituto Transnacional (Transnational Institute - TNI) observa que "Davos, talvez mais que qualquer outro encontro, epitomize a forma como o poder político e a governança global tem, nas décadas recentes, se enrincheirado em uma pequena elite corporativa. Essa elite tem sido bem-sucedida não somente em capturar a nossa economia, mas também nossa política e cada vez mais nossa cultura e sociedade também" (TNI, 2014). Como uma parte dessa crítica está a evidência que, sob o neoliberalismo, a disparidade entre os ricos e os pobres tem aumentado de tal forma que 47.9% da riqueza mundial está concentrada por 1% dos mais ricos (Vara, 2015)

"disparidade relativa entre mulheres e homens" (GGGR 2018 p. v) em quatro áreas (quatro dimensões temáticas): Participação e oportunidade econômica, Formação educacional, Saúde e sobrevivência, e Empoderamento Político. Como uma visão geral, o relatório inicial em 2006 cobria 115 países (152 páginas), o de 2010 cobria 134 países (334 páginas), e o de 2018 foi expandido para 149 países (335 páginas)⁹. Como nos é dito no Prefácio do relatório de disparidade de gênero de 2010, "mensurar o tamanho do problema é um-pré requisito para identificar as melhores soluções" (GGGR, 2010, p. v). E, então, surgem questões: Como é construída a mensuração? Quais são os pressupostos? Como é mensurada especificamente a violência contra mulheres? Abordamos isso a seguir.

Como o Relatório de Disparidade de Gênero (*Global Gender Gap Reports* - GGGR) mensura a violência?

Afirma-se que o objetivo é com "medidas consistentes e abrangentes. O Fórum não procura determinar prioridades para os países, reconhecendo diferentes contextos econômicos, políticos e culturais" (GGGR, 2017 p. 36). Sugerindo que a advocacia não é um objetivo, a orientação para uma linguagem contábil de comparabilidade é proposta e a afirmação a seguir provê essa visão, na introdução ao GGGR de 2010.

“Nunca antes houve tanto momentum em torno da temática de paridade de gênero no palco global. Numerosas **empresas multinacionais alinham os elementos centrais de seus negócios e produtos** para apoiar e prover oportunidades para mulheres ... Há um forte movimento em torno de maiores **investimentos** na educação de meninas no mundo em desenvolvimento. **Empresas em todo o mundo estão começando a levar em conta o crescente poder das mulheres consumidoras** ... há uma maior consciência de que [este] talento deve ter oportunidades de liderar ... **O Fórum Econômico Mundial tem estado entre as instituições na vanguarda da condução dessa mudança de mentalidade e de prática, principalmente ao enfatizar a mensagem de que a disparidade de gênero tem um impacto na competitividade e por envolver a comunidade empresarial ... Cada minuto que esperamos implica em perdas colossais para a sociedade e economia mundiais**” (GGGR, 2010 p. vi; ênfases adicionadas).

O texto acima está realçado para se diferenciar da afirmativa “não se busca estabelecer prioridade” e sugerir a advocacia do GGGR para a orientação lucrativa das empresas multinacionais. A linguagem inclui investimento em meninas, mulheres como consumidoras e impactos na competitividade. Reivindicando uma medida objetiva pela utilização de índices enquanto também reivindica que o FEM impulsiona a mudança para a melhora é um exemplo da violência simbólica sob a qual impactos nas mulheres são naturalizados em uma linguagem de objetivos empresariais que clamam por convicções dominantes e normalizadas. Por meio de uma linguagem de negócios particular, uma mentalidade é moldada e construída de forma a privilegiar a competitividade, o consumismo e os lucros. Um movimento é louvado não pelos objetivos de justiça social por se,

⁹ Salienta-se que este documento cobre apenas algumas questões significativas levantadas nos 12 anos de publicação do GGGR, na esperança que pesquisas futuras seguirão. Detalhes sobre os relatórios estão disponíveis nos sítios na internet do GGGR.

mas pelos "entregáveis" à comunidade de negócios e economia. Mensurações são necessárias para evitar que essas perdas, articuladas com uma militância gentil, sejam vistas como naturais¹⁰.

No relatório mais recente de 2018 uma atualização do prefácio prenuncia o big data e a tecnologia:

“Para tirar o máximo proveito das **novas tecnologias**, nós precisamos colocar ênfase no **que nos torna humanos**: a capacidade de aprender **novas habilidades** bem como a criatividade, empatia e engenhosidade ... a **mudança tecnológica** rápida e assegurar o progresso em uma base ampla para todos ... Mais do que nunca, sociedades não podem se dar ao luxo de desperdiçar **habilidades, ideias e perspectivas de metade da humanidade na concretização** da promessa de um futuro **mais próspero** e centrado nas pessoas que a **inovação e a tecnologia** bem geridas podem trazer as disparidades emergentes nas habilidades relacionadas com inteligência artificial. Em uma era em que habilidades humanas são cada vez mais importantes e complementares à tecnologia, o mundo não pode se dar ao luxo de se privar do talento das mulheres em setores em que o talento já é escasso” (GGGR 2018, p. v; ênfases adicionadas). São interessantes assertiva e a justaposição entre “o que nos torna humanos” é primeiro “a capacidade de aprender novas habilidades” e secundariamente, “nossa criatividade, empatia e engenhosidade”. Isto direciona a sociedade no sentido de mais tecnologia, big data, conjuntos de habilidade com a esperança que essas sejam áreas para as quais as mulheres direcionam suas energias onde o “talento é já escasso”. Embebida na terminologia objetiva das métricas e dos processos tecnológicos está o privilégio da técnica em linha com ideais neoliberais. A fachada de separação entre temas econômicos e sociais é continuamente amplificada com técnicas de mercado avaliando a vida social, uma característica do neoliberalismo que ressoa neste prefácio. Neoliberalismo é uma doutrina abrangente e “um ‘discurso forte’...[tendo] ao seu lado todas as forças de um mundo de relações de força” (Chiapello, 2017, p. 52)¹¹. É notável que as mensurações relacionadas à violência não são nem realçadas nem notadas comparativamente à ênfase nas “disparidades de gênero em inteligência artificial (IA), um conjunto crítico de habilidades em demanda no futuro” (GGGR, 2018, p. viii).

Categoria "Saúde e Sobrevivência" do GGGR como uma medida de violência

Avaliar o GGGR na forma como ele trata da violência contra as mulheres apresenta-se com um certo número de desafios. Primeiro, como já foi dito acima, a mentalidade de ideais neoliberais é inerente na perspectiva e nas categorias resultantes. Segundo, violência esteve mais frequentemente associada e incluída em na categoria particular de "Saúde e Sobrevivência". São 11 sub-categorias nesta categoria temática do GGGR¹², incluindo mortalidade ao nascer, doenças,

¹⁰ Detalhes das mensurações: "Há três conceitos básicos subjacentes ao Índice de Disparidade Global (Global Gender Gap Index)... Primeiro, o Índice foca em mensurar as disparidades e não nos níveis. Segundo, ele captura a disparidade em variáveis de resultados ao invés da disparidade em variáveis de recursos. Terceiro, ele ranqueia os países de acordo com a igualdade de gênero e não com o empoderamento das mulheres" (GGGR, 2018, p. 3). Um índice de disparidade ao invés de nível "de forma a fazer o Índice de Disparidade Global independente do nível de desenvolvimento dos países" (GGGR, 2018, p. 4).

¹¹ A importância do neoliberalismo e da contabilidade tem sido bem pesquisada (e.g. Ageymang e Lehman, 2013; Chiapello, 2017; Cooper, 2015; Lehman et al., 2016; 2018; Merino et al 2010).

¹² Saúde e Sobrevivência: (1) Saúde e mortalidade de crianças menores de 5 anos, todas as causas, taxa de mortalidade padronizadas pela idade por 100,000 (mulheres, homens); (2) Mortalidade por doenças não transmissíveis, taxa de mortalidade padronizadas pela idade por 100,000 (mulheres, homens); (3) Mortalidade por doenças infecciosas e parasitárias, taxa de mortalidade padronizadas pela idade por 100,000 (mulheres, homens); (4) Mortalidade por lesões acidentais, taxa de mortalidade padronizadas pela idade por 100,000 (mulheres, homens); (5) Mortalidade por lesões intencionais e autoinfligidas, taxa de mortalidade padronizadas pela idade por 100,000 (mulheres, homens); (6) Mortalidade materna no

acidentes e ferimentos intencionais. Essas categorias são ricas para uma análise das diferenças entre homens e mulheres relacionadas ao tratamento no ambiente de trabalho, riscos médicos e diferenciais no suicídio. A categoria de proporção de sexo ao nascer, indica o relatório “visa especificamente capturar o fenômeno das ‘mulheres desaparecidas’, prevalente em vários países com uma preferência forte por filhos” (GGGR 2018, p, 4). Nós observamos que esta categoria é também uma categoria para ser explorada no futuro e que é algumas vezes chamada de “genocídio das mulheres”, embora a descrição no GGR seja em uma linguagem sanitizada que tem uma origem cultural. Nós escolhemos descrever (e desafiar) uma categoria representando a violência contra a mulher bem compreendida nas pesquisas e debates contemporâneos: Prevalência da violência de gênero ao longo da vida, descrita como “Porcentual de mulheres que tiveram a experiência de violência física e/ou sexual com um parceiro íntimo em algum momento de suas vidas”¹³.

De forma a não sobrecarregar o leitor, uma amostra aleatória dos 149 países de 2016 e 2018 é fornecida como um sumário da medida: Albânia 31%; Bangladesh 53%; Brasil: 31%; Canadá 6%; China 15%; Nova Zelândia 33% Polônia 13%; Paquistão 13%; Turquia 42%; Ucrânia 13; EUA 36%¹⁴. Com esses dados, uma violência generalizada é evidenciada na categoria “prevalência da violência de gênero ao longo da vida”. Na maioria das vezes de 1/3 a 1/2 das mulheres atestam essa forma de violência.

Juntamente com questões relacionadas a como os dados são compilados e levantados, nós notamos uma declaração incongruente sumariando os resultados no GGGR. Apesar do exposto acima, o GGGR (2018) conclui com uma conquista. Ele afirma: “o subíndice de Saúde e Sobrevivência é onde a disparidade de gênero é a menor: 4% em média. Enquanto nenhum país alcançou a igualdade total, 74 países já diminuíram 98% de sua disparidade, e todos os 149 países diminuíram em pelo menos 90% de sua disparidade. Olhando os componentes deste subíndice, a paridade tem sido essencialmente atingida em todos os países em termos de expectativa de vida ... Paridade de gênero na proporção de sexo ao nascer é também muito avançada” (GGGR, 2018, p. 12). No sumário de resultados e análises não há menção - um silenciamento - da alta prevalência de violência de gênero. É uma criação conspícua de uma invisibilidade, dado que aproximadamente 33% de todas as mulheres “experienciaram violência física e/ou sexual de um parceiro íntimo em algum momento de suas vidas” e não inclui a violência de parceiros não íntimos o que certamente aumentaria essa porcentagem substantivamente. Como podemos fornecer um relato e uma prestação de contas diferentes?

Números Alternativos

parto (por 100,000 nascidos vivos); (7) Existência de legislação sobre violência doméstica; (8) Prevalência de violência de gênero ao longo da vida; (9) Lei permite aborto para preservar a saúde física da mulher; (10) Nascimentos assistidos por profissionais de saúde qualificados (%) and (11) Cobertura de assistência pré-natal, pelo menos quatro visitas (%). (GGGR 2018, 51-52).

¹³ A medida é computada no GGGR utilizando dados da base da OCDE (Organisation for Economic Co-operation and Development - OECD, descrita como “prevalência de violência de gênero ao longo da vida. Percentual de mulheres que experienciaram violência física e/ou sexual de um parceiro íntimo em algum momento de suas vidas. Fonte: OECD, Gender, Institutions and Development Database 2015 (GID-DB) (consultado em Setembro de 2017)”.

¹⁴ A autora fornecerá informações adicionais mediante solicitação, ou está disponível online para cada ano. Por exemplo: <https://www.weforum.org/reports/the-global-gender-gap-report-2018>.

Spivak (2010) observa que não se pode negar a importância de relatórios como o GGGR, porque eles podem levar à aprovação de importantes leis protegendo mulheres da violência, ainda que ela os considere como gestos com “impulsos missionários” e intervenções imperfeitas. Eles podem ser considerados uma forma de violência simbólica: “tremendamente bem-organizados e amplos aparelhos ideológicos repressivos” (Spivak, 1996, p. 2). Ao mesmo tempo que desafiamos essas mensurações, nós também consideramos que a quantificação guarda potencial de promover a emancipação, infundindo-lhes reflexões sobre valores sociais e tornando visível o que de outra forma seria silenciado. Nós reconhecemos a preocupação entre as feministas de que a quantificação reduz ou apaga particularidade e contexto “nos processos de categorização [que] muitas vezes dependem de categorias que reconstituem ... hierarquias sociais; e produz uma ilusão de objetividade” (Joseph 2014, p. xviii). No entanto, concordando com Joseph, nós também podemos apostar como nós podemos querer conformar a construção de conhecimento com nossos valores (Joseph 2014). Assim, dados externos aos relatórios de disparidades de gênero são considerados abaixo¹⁵ sugerindo que as práticas violentas são onipresentes.

A Organização Internacional do Trabalho (OIT, International Labour Organization - ILO) reporta: "Em qualquer momento em 2016, estima-se que 40,3 milhões de pessoas estejam na escravidão moderna, incluindo 24,9 milhões em trabalho forçado e 15,4 milhões em casamento forçado, 4,8 milhões de pessoas na exploração sexual forçada ... Mulheres e meninas são afetadas desproporcionalmente pelo trabalho forçado, representando 99% das vítimas da indústria do sexo, e 58% em outros setores" (International Labour Organization, 2017). A Organização Mundial da Saúde estima que uma mulher a cada cinco estará sujeita ao estupro ou à tentativa de estupro: 700 milhões de mulheres terão sido estupradas ao longo de sua vida (Kristoff and WuDunn, 2009). Mais amplamente, o número de mulheres que morre em função da violência de gênero, privação e discriminação “é maior que as vítimas em todas as guerras do século 20 combinadas” (Winkler in Lederer, 2005). "A violência contra as mulheres é uma das quatro razões chave pelas quais as mulheres morrem neste planeta, sendo as outras a guerra, a fome e a doença ... Globalmente, mulheres com idade entre 15 e 44 anos têm mais probabilidade de serem feridas ou morrerem como resultado da violência masculina do que através do câncer, de acidentes de trabalho, malária e guerra combinadas" (Winkler, in Lederer, 2005).

Desafiar a inevitabilidade da violência, refutando causas naturais e advogando pela prestação de contas e responsabilização, tudo isso traz oportunidades de transformação. Como afirma Gayatri Spivak, essas podem ser transformações parciais até que os sistemas e estruturas econômicos e sociais perpetuando a violência sejam revelados e não permaneçam mais fora do radar (Spivak, 2010). O que pode ser visto a partir dos números alternativos apresentados é o poder de ver diferentemente, refletir e expandir nossas formas de conhecer. O feminismo se baseia em noções de mudança e em continuamente questionar nossas crenças e seus impactos. Dambrin e Lambert (2012) apontam que qualquer estudioso, ativista, ou pessoa corre o risco de reflexividade limitada. No entanto, a exposição a ideias visionárias cria novas teorias, ativismo e potencial emancipatório para garantir de que não haja uma única história.

¹⁵ O que se segue é um sumário muito breve de algumas estatísticas-chave disponibilizadas pela OIT e nós ressaltamos que a pesquisa e dados sobre as mulheres sofrendo violência fora do campo da contabilidade são extensos (e.g. Davis, 2011; Herman, 2015; Jaggar, 2002, Joseph, 2014; Nussbaum, 2000).

Seção 4: Considerações Finais

Esse artigo questiona o que conecta violência, mulheres e contabilidade? Como alguém pode "contar" tal violência e como se desvela o papel da contabilidade? Explorar o papel da contabilidade em relação às mulheres e à violência simbólica, violência física e quantificação e qualificação tem sobreposições inevitáveis e esta reflexão reconhece essas complexidades enquanto inicia uma exploração. O que faz a contabilidade poderosa é a promoção que a disciplina faz de posições privilegiadas e, neste artigo, nós levamos em conta uma questão moral complexa. Nós tornamos visíveis como processos de globalização no relatórios de disparidade de gênero privilegiam as mulheres como consumidoras, como investimentos na tecnologia, como cultivadoras da prosperidade econômica, ao mesmo tempo em que ignoram e silenciam a violência generalizada que sofrem.

Nós temos precedentes na contabilidade crítica em considera a arte do possível e dialogar com as nuances e explorações dos impactos e percepções. A contabilidade é parte da construção social da sociedade em fazer coisas pensáveis e, dado o papel da contabilidade na criação social, esse artigo reconhece a significância de criar nosso mundo e revelar uma história que está escondida. A pesquisa em contabilidade crítica reconhece a capacidade da contabilidade em apagar, restringir e reduzir o fenômeno social a abstrações de regras, procedimentos e relatos e aqui nós desvendamos a injustiças e a participação da contabilidade. A contabilidade nem entrega a verdade nem é neutra nas arenas públicas. A instabilidade circunda a natureza da contabilidade de tal forma que Khalifa and Kirkham (2009) defendem o exame que “é compreendido e aceito como uma tarefa contábil e porque surgem esses entendimentos” (p. 439), como nós procuramos fazer aqui. Este artigo nos pede que examinemos, dado que a contabilidade é produtora de significados, como podemos reinventá-la como um discurso que preencha uma área crucial da justiça social.

Referências

- Agyemang, G. (2016) Perilous Journeys Across the Seas: The Accounting Logic in Europe's Agenda for Migration. *Advances in Public Interest Accounting*, (19), 1-28.
- Agyemang, G., & Lehman, C. (2013) Adding Critical Accounting Voices to Migration Studies. *Critical Perspectives on Accounting*, 24 (4/5), 261-272.
- Andrew, J. (2007). Prisons, the profit motive and other challenges to accountability. *Critical Perspectives on Accounting*, 18(8), 877-904.
- Andrew, J. (2011). Accounting and the construction of the 'cost effective' prison. *Journal of Australian Political Economy*, 68, 194 – 210.
- Annisette, M. & Prasad, A. (2017) Critical accounting research in hyper-racial times, *Critical Perspectives on Accounting* 43, 5–19
- Apostol, O. (2015). A project for Romania? The role of the civil society's counter-accounts in facilitating democratic change in society. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 28(2), 210-241.

Bourdieu, P. (1977) *Outline of a Theory of Practice*. Trans. Richard Nice. London: Cambridge University Press.

Bourdieu, P. (2001) *Masculine Domination* Polity Press: Cambridge.

Bourdieu P. (2008) *Sketch for a self analysis*. Chicago University Press: Chicago.

Bulwer-Lytton, E. (1839) *Richelieu; Or the Conspiracy: A Play in Five Acts* London.

Chiapello, E. (2017). Critical accounting research and neoliberalism. *Critical Perspectives on Accounting*, (43), 47–64.

Chwastiak, M. (2013) Profiting from destruction: The Iraq reconstruction, auditing and the management of fraud. *Critical Perspectives on Accounting*, 24(1), 32-43.

Chwastiak, M. and Young, J. (2003) Silences in Annual Reports *Critical Perspectives on Accounting* (2003) 14, 533–552.

Cooper, C. (2015). Accounting for the fictitious: A Marxist contribution to understanding accounting's roles in the financial crisis. *Critical Perspectives on Accounting*, 30, 63–82

Cooper, C. & Coulson A.B. (2014) Accounting activism and Bourdieu's 'collective intellectual'—Reflections on the ICL Case *Critical Perspectives on Accounting* (25) 237–254.

Dambrin, C. and Lambert, C. (2012) “Who is she and who are we? A reflexive journey in research into the rarity of women executives in accountancy” *Critical Perspectives on Accounting*, Vol. 23, Issue 1, p. 1-16.

Davis, A. (2011) *Women, Race, and Class* New York: Knopf Doubleday.

Farjaudon, A. & Morales, J. (2013) In search of consensus: The role of accounting in the definition and reproduction of dominant interests *Critical Perspectives on Accounting* 24, 154–171.

Gallhofer, S., Haslam, J., Monk, E., & Roberts, C. (2006) The Emancipatory Potential of Online Reporting: The Case of Counter Accounting. *Accounting, Auditing and Accountability Journal* 19(5), 681–718.

Gendron, Y. (2018) Beyond conventional boundaries: Corporate governance as inspiration for critical accounting research *Critical Perspectives on Accounting*, 55, 1-11.

Graham, C. Radcliffe, V. Persson, M. & Stein, M. (2018) The State of Ohio's Auditors, the Enumeration of Population and the Project of Eugenics, Alternative Accounts Conference, Montreal May 2018.

Lehman, C. R.

Hansen H., & Muhlen-Schulte A. (2012) The Power of Numbers in Global Governance, *Journal of International Relations and Development*, 1-11.

Haynes, K. (2017) Accounting as gendering and gendered: A review of 25 years of critical accounting research on gender *Critical Perspectives on Accounting* 43, 110–124.

Herman, J. (2015) *Trauma and Recovery: The Aftermath of Violence—from Domestic Abuse to Political Terror* New York: Basic Books.

International Labour Organization (ILO) (2017)
<http://www.ilo.org/global/lang--en/index.htm> accessed June 2019.

Joseph, M. (2014) *Debt to Society: Accounting for Life Under Capitalism* Minnesota, University of Minnesota Press.

Killian, S. (2015) ‘For lack of accountability’: The logic of the price in Ireland’s Magdalen Laundries *Accounting, Organizations and Society* 43, 17–32.

Jaggar, A. (2002) Vulnerable Women and Neo-Liberal Globalization: Debt Burdens Undermine Women's Health in the Global South *Theoretical Medicine and Bioethics*, 23 (6) 425-440.

Khalifa, R. & Kirkham L. (2009) Gender *The Routledge Companion to Accounting History* edited by J.R. Edwards & S.P. Walker 433-450 London: Routledge.

Kristoff, N. and WuDunn, S. (2009) “Why Women’s Rights Are the Cause of our Time”, Special Issue “Saving the World’s Women” *New York Times Magazine*, 28 - 39.

Lederer, E. (2005) “Violence and discrimination against women is a major cause of death”, Associated Press, November 18, 2005; accessed from www.sacredchoices.org June 2009.

Lehman, C. (2012) We’ve come a long way! Maybe! Re-Imagining gender and accounting *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 25(2), 256-294.

Lehman, C. (2016) Unshackling Accounting in Prisons: Race, Gender and Class *Advances in Public Interest Accounting* (19) 89-110.

Lehman, C. Annisette, M., & Agyemang, G. (2016) Immigration and neoliberalism: three cases and counter accounts *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 29 (1), 43-79.

Lehman, C. Hammond, T., & Agyemang, G. (2018) Accounting for Crime in the US: Race, Class and the Spectacle of Fear *Critical Perspectives on Accounting*, 56, 63-75.

Malsch, B., Gendron, Y., & Grazzini, F. (2011). Investigating interdisciplinary translations: The influence of Pierre Bourdieu on accounting literature *Accounting, Auditing & Accountability Journal* 24(2), 194–228.

Mennicken, A. (2013). ‘Too big to fail and too big to succeed’: accounting and privatisation in the prison service of England and Wales. *Financial Accountability & Management*, 29(2), 206-226.

Mennicken, A., & Miller, P. (2014) Michel Foucault and the Administering of Lives, 11-38 in Adler, P. S., Du Gay, P., Morgan, G. and Reed, M. (2014), *Oxford Handbook of Sociology, Social Theory and Organization Studies: Contemporary Currents* Oxford: Oxford University Press.

Merino, B., Mayper, A. and Tolleson, T. (2010), “Neoliberalism, deregulation and Sarbanes-Oxley: the legitimation of a failed corporate governance model” *Accounting, Auditing and Accountability Journal*, Vol. 23, No. 6, pp. 774-792.

Neu, D. (2000) Presents for the ‘Indians’: Land, Colonialism and Accounting in Canada *Accounting, Organizations and Society* 25 163-184.

Neu, D. & Graham, C. (2006) Birth of a Nation: Accounting and Canada’s First Nations *Accounting, Organizations and Society* 31 (1) 47-76.

Nussbaum, M. (2000), *Women and Human Development: The Capabilities Approach*, Cambridge: Cambridge University Press.

O’Neil, C. (2016). *Weapons of Math Destruction: How big data increases inequality and threatens democracy*. New York: Crown Publishing Group.

Paisey, C. and Paisey, N. (2006) “The internet and possibilities for counter accounts: Some reflections: A reply” *Auditing & Accountability Journal* Vol. 19 No. 5, 2006: 774-778.

Perkiss, S. (2014) Intelligible accounting for the future: A critical study of worth and (dis)placement Ph.D. Thesis, School of Accounting, University of Wollongong, Australia.

Puxty, A. (1993). *The social and organizational context of management accounting*. London: Academic Press.

Scott, W. (2015). Investigating the need for transparent disclosures of political campaign contributions and lobbying expenditures by US private prison corporations. *Accounting and the Public Interest* December 15 (1) 27-52.

Sikka, P. (2006) The internet and possibilities for counter accounts: some reflections *Accounting, Auditing and Accountability Journal*, 19(5) 759-769.

Silva, S., Nova, S. and Carter, D. (2016) Brazil, Racial Democracy? The Plight of Afro-descendent Women in Political Spaces *Advances in Public Interest Accounting* 19, 29-55.

Lehman, C. R.

Spivak, G. (1996) 'Woman' as theatre: United Nations Conference on Women, Beijing 1995 *Radical Philosophy*, 75, 2-4.

Spivak G. (2010) Situating Feminism, Beatrice Bain Research Group Annual Keynote Talk, <https://berkeleyenglishblog.wordpress.com/2010/04/25/gayatri-spivak-on-situating-feminism> accessed June 2011.

Stiglitz, J. (2010) accessed on www.npr.org, "Marketplace", October 14, 2010.

Taylor, P., and Cooper C. (2008). 'It was absolute hell': inside the private prison. *Capital and Class*, 32(3), 3-30.

Transnational Institute (TNI) (2014) The great divide: exposing the Davos class behind global economic inequality <https://www.tni.org/en/article/great-divide-exposing-davos-class-behind-global-economic-inequality> accessed July 2019.

Tremblay, M., Gendron, Y., & Malsch B. (2016) Gender on board: deconstructing the "legitimate" female director *Accounting, Auditing & Accountability Journal* 29 (1) 165 – 190.

Vara, V. (2015). Critics of Oxfam's Poverty Statistics Are Missing the Point. *The New Yorker*. Retrieved July 18, 2019.